

SEGURANÇA ALIMENTAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REGIÃO NORTE PAULISTA

Danilo Soares Figueiredo¹

Marcel Vinicius Gulla²

Regina Aparecida Leite de Camargo³

GT6 - Agricultura familiar e soberania alimentar

Resumo: O Brasil é historicamente marcado pela desigualdade social e, como consequência, uma boa parte da população sofre carências alimentares no meio urbano e principalmente no rural. A partir dos anos 90 ganharam força no cenário nacional as discussões sobre a segurança alimentar, contribuindo para tanto a iniciativa principalmente de movimentos sociais que faziam uma crítica a política agrária e econômica, que não conseguiam solucionar a falta de acesso a uma alimentação adequada. Porém, programas de políticas públicas mais eficazes de promoção de segurança alimentar só foram colocadas efetivamente em prática no Brasil a partir de 2003, com a criação do Programa Fome Zero. Dados da PNAD 2004, 2009 e 2013 mostram que, em geral, a segurança alimentar vem aumentando, porém o meio rural continua apresentando uma porcentagem maior de casos de insegurança alimentar. Diante desse contexto é importante estudar a segurança alimentar em assentamentos rurais para entender a real situação e contribuir com as discussões na formulação de políticas públicas. O presente trabalho faz parte de uma pesquisa que foi realizada nos assentamentos rurais da região norte do estado de São Paulo nos anos de 2012 e 2015 com a aplicação da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA).

Palavras-chave: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, Políticas Públicas, Renda nos assentamentos rurais.

Introdução

O presente trabalho traz os resultados de uma pesquisa de campo desenvolvida em 2015 e 2016, na qual foram entrevistadas 200 famílias em nove áreas de assentamentos rurais da reforma agrária na região norte do estado de São Paulo, segundo a classificação da Fundação Instituto de Terras de São Paulo. A pesquisa utilizou um questionário semiestruturado que incluiu a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Nesse trabalho são comparados os dados da EBIA com a renda das famílias entrevistadas.

A atual definição de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nasceu na II Conferência Nacional de SAN realizada em 2004 na cidade de Olinda-PE, e institucionalizou-se em 2006, com a Lei 11.346:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade

¹ Graduando em Engenharia Agrônoma, UNESP-FCAV Campus Jaboticabal

² Graduando em Engenharia Agrônoma, UNESP-FCAV Campus Jaboticabal

³ Professora Doutora, UNESP-FCAV Campus Jaboticabal

cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Lei Nº 11.346, de Setembro de 2006).

Com a eleição do Governo Lula em 2003, a implantação do programa Fome Zero e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), foram criados ou fortalecidos vários programas de políticas públicas, dentre eles o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses programas promoveram a melhoria da alimentação nas escolas, das pessoas que são atendimentos por entidades e dos próprios agricultores familiares pelo incentivo à produção para o autoconsumo e aumento da renda.

Diante disso, trabalhados com vista a estudar segurança alimentar e suas variáveis são importantes para entender o impacto que essas políticas têm ou tiveram na qualidade de vida das famílias rurais, em particular das famílias de assentamento de reforma agrária.

O trabalho é dividido em quatro seções. Na primeira seção é apresentado o conceito de segurança alimentar a partir da perspectiva de diferentes autores e o conceito definido na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Na seção dois são apresentados dados da situação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a partir da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) que utilizou a EBIA, nos anos 2004, 2009 e 2013. Na terceira seção são apresentados dados dos assentamentos rurais no Brasil e em São Paulo, enfatizando como os assentamentos rurais podem contribuir, mesmo em situações precárias, para a segurança alimentar. A seção quatro apresenta e discute os resultados da pesquisa de campo realizada.

Por fim, o trabalho teve como principal objetivo contribuir com as discussões sobre a realidade dos assentamentos rurais e as suas políticas públicas, visando instrumentalizar movimentos sociais, acadêmicos e demais interessados.

O Conceito de segurança alimentar

A conceituação do que é segurança alimentar não é uma tarefa simples, pois as discussões sobre o tema da alimentação envolvem disputas entre diferentes atores com interesses diferentes e até antagônicos. Além disso não é um conceito já acabado, ainda está em construção (Maluf & Menezes, 2016)

Segundo os mesmos autores a segurança alimentar está relacionada a vários aspectos: 1) qualidade e a sanidade dos alimentos significa que as pessoas devem ter acesso a alimentos que não sejam contaminados por componentes químicos ou biológicos que causem danos a saúde humana; 2) deve-se levar em conta os hábitos e cultura alimentar das comunidades que está relacionado ao patrimônio cultural que é passado de geração em geração, o que não significa que esses hábitos devem ser defendidos de maneira acrítica, e, se necessário devem ser aprimorados; 3) A produção e a distribuição de alimentos devem ser realizadas de maneira sustentável, ou seja, devem ser garantidas as gerações atuais e as futuras. Esse aspecto toma grande importância por causa de sistemas de produção que colocam em risco a segurança alimentar no futuro.

Nesse sentido são elencados três princípios: 1) a segurança alimentar e a nutricional estão intimamente relacionadas; 2) para garantia da segurança alimentar e nutricional é fundamental o envolvimento do governo e da sociedade; 3) a alimentação é um direito humano elementar, independente de qualquer coisa, pois é uma das garantias ao direito a vida (Maluf & Menezes, 2016).

Complementando a definição apresentada pelos autores acima, e concordando com Belik (2003): para garantir a segurança alimentar é necessário que a população

tenha acesso aos alimentos; que os alimentos sejam de qualidade, ou seja, livre de qualquer contaminação, risco a saúde e estado adequado para consumo; regularidade na alimentação significa que as pessoas devem se alimentar de acordo com a quantidade considerada necessária para ter uma vida normal.

Como já mencionado, o conceito atual de SAN está definido na Lei Nº 11.346, de Setembro de 2006 e engloba as questões da qualidade e quantidade dos alimentos, seu acesso frente às outras despesas da família e a sustentabilidade na produção e consumo dos mesmos.

A partir de 2004 passaram a ser feita de maneira suplementar a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e a aplicação da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA) para diagnosticar a situação da SAN no Brasil.

Nos dados da PNAD 2004, 2009 e 2013 pode-se constatar que a segurança alimentar aumentou entre 2004 e 2013 para os domicílios particulares e a insegurança alimentar moderada e grave diminuiu entre esses anos (Tabela 1).

Para domicílios particulares levando-se em conta se é rural ou urbano (Tabela 2) a segurança alimentar é sempre maior no urbano. Ainda no urbano, a segurança alimentar cresceu nos três momentos da pesquisa, já no rural entre 2004 e 2009 ocorreu elevado crescimento da segurança alimentar, porém leve queda entre 2009 e 2013. A insegurança alimentar moderada e grave é sempre maior no rural e tanto no rural quanto no urbano elas apresentaram diminuição ao longo de 2004, 2009 e 2013.

Comparando-se as grandes regiões (Tabela 3 e 4), em todas elas a segurança alimentar aumentou e a insegurança alimentar e a insegurança alimentar grave e moderada diminuíram. As regiões Sul e Sudeste apresentam as maiores porcentagens de segurança alimentar e menores de insegurança alimentar grave e moderada. A região nordeste é a que apresentam menor nível de segurança alimentar e maior de insegurança moderada e a região Norte apresenta maior nível de insegurança grave.

Tabela 1: Domicílios particulares segundo a situação de segurança alimentar nos anos 2004, 2009 e 2013 em %.

	2004	2009	2013
Segurança alimentar	65,2	69,8	77,4
Insegurança alimentar	34,8	30,2	22,6
Leve	16,0	18,7	14,8
Moderada	12,3	6,5	4,6
Grave	6,5	5,0	3,2

Fonte: Pnad/IBGE,2016

Tabela 2: Domicílios Rural e Urbano segundo a situação de segurança alimentar nos anos 2004, 2009 e 2013 em %.

	2004		2009		2013	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Segurança alimentar	56,5	65,2	64,9	70,6	64,7	79,5
Insegurança alimentar	43,4	34,8	35,1	29,4	35,3	20,4
Leve	17,4	16,0	19,6	18,6	21,4	13,7
Moderada	17,0	12,3	8,6	6,2	8,4	3,9
Grave	19,0	6,5	7,0	4,6	5,5	2,8

Fonte: Pnad/IBGE,2016

Tabela 3: Situação da Segurança Alimentar nas grandes Regiões Sul e Centro Oeste em 2004, 2009 e 2013 em %.

	Sul			Centro Oeste		
	2004	2009	2013	2004	2009	2013
Segurança alimentar	76,5	81,3	85,1	68,8	69,9	81,8
Insegurança leve	12,7	13,3	10,5	16,2	20,3	12,7
Insegurança grave	7,3	3,3	3,3	10,2	5,8	3,2
Insegurança moderada	3,5	2,1	1,9	4,7	4	2,3

Fonte: Pnad/IBGE, 2016

Tabela 4: Situação da Segurança Alimentar nas grandes Regiões Norte, Nordeste e Sudeste em 2004, 2009 e 2013 em %.

	Norte			Nordeste			Sudeste		
	2004	2009	2013	2004	2009	2013	2004	2009	2013
Segurança alimentar	53,6	59,7	63,9	46,4	53,9	61,9	72,9	76,7	85,5
Insegurança leve	18,3	21,7	21,6	19,5	24,8	23,6	14,9	16,2	10,2
Insegurança grave	17,1	9,3	7,7	21,6	12	8,9	8,4	4,1	3,3
Insegurança moderada	10,9	9,2	6,7	12,4	9,3	5,6	3,8	2,9	1,9

Fonte: Pnad/IBGE, 2016

Colocando-se os dados das grandes regiões em um gráfico, temos a Figura abaixo:

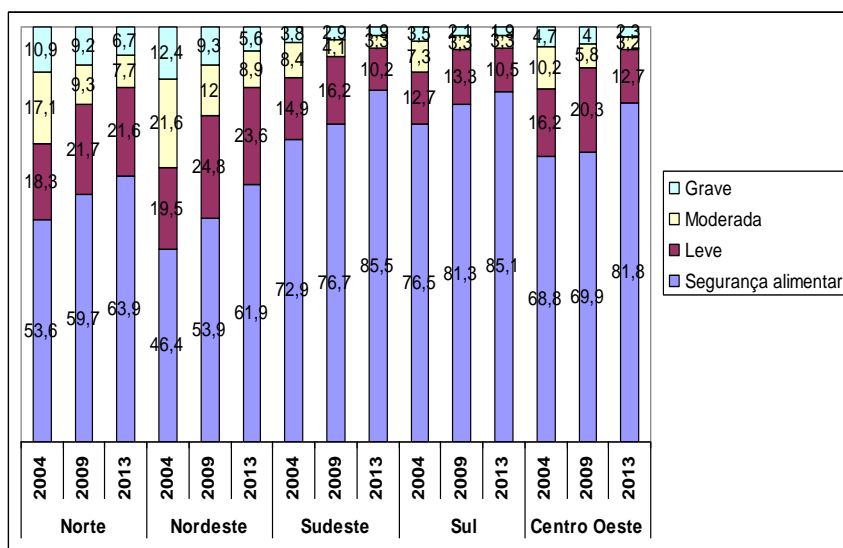


Figura1. Situação da Segurança Alimentar nas grandes Regiões 2004, 2009 e 2013

Fonte: IBGE

Os assentamentos rurais e a segurança alimentar

No Brasil foram criados, de 1979 a 2014, 9337 assentamentos rurais, com 1110.753 milhões de famílias, ocupando uma área total de 81.950.074 milhões de hectares. Desse total, no sudeste temos 847 assentamentos, 55 656 famílias e 1570 950 hectares e o estado de São Paulo com 270 assentamentos, 18.932 famílias e 340.384 hectares (Data luta, 2014).

Não obstante a conjuntura enfrentada pelos assentamentos rurais, ao serem criados em uma situação onde não foi realizada uma reforma agrária e a posse das melhores terras e a política agrícola estão voltadas para atender aos interesses dos latifúndios, os assentamentos podem representar uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores rurais mediante a possibilidade de produzir para o auto-consumo, acessar políticas públicas, aumento de renda, entre outros.

Apesar de haver precariedade em muitos assentamentos já instalados como falta de estradas adequadas, de postos de saúde, percebe-se que as famílias assentadas acreditam que suas vidas melhoraram depois que entraram nos assentamentos, uma vez que possuem a sua própria moradia, conseguem colocar seus filhos na escola e podem, ao menos, produzir para o seu próprio sustento, garantindo sua Segurança Alimentar e Nutricional (Souza-Esquerdo et al.2013.pg10).

A possibilidade de produzir para o autoconsumo, mesmo não sendo o objetivo principal dos assentados pode contribuir para garantir a segurança alimentar:

A criação de pequenos animais e o cultivo de pomares e hortas caseiras, além da produção de arroz, feijão, milho, mandioca e leite no meio rural, podem contribuir para diminuir ou minimizar a insegurança alimentar, porém não é raro verificar que este tipo de produção é colocado à margem da “cultura principal” da propriedade, ou ainda, ser tratados como “trabalho feminino” (DOMBEK, 2006, p. 37).

Ainda em situações que a renda das famílias seja baixa o autoconsumo assume um papel importante:

“Pelo que foi demonstrado pela revisão bibliográfica, bem como pela pesquisa de campo, as rendas mensais dos assentados não ultrapassam muito mais que dois salários mínimos mensais para quase 70% dos casos, e, esse “não gasto” é garantia de segurança alimentar através do autoconsumo” DOMBEK, 2006.

Bergamasco (1994, apud Souza-Esquerdo et al, 2013), verificou que nos assentamentos Sumaré I e II, do estado de São Paulo, tiveram de início a preocupação em produzir alimentos para o auto consumo e não somente para o mercado. Utilizando a EBIA em assentamentos do Estado de São Paulo verificou-se que o nível de SAN da família aumentou depois de assentada (SOUZA-ESQUERDO et al 2013).

Além de produzir para o autoconsumo existe a possibilidade dos assentados obterem renda vendendo excedentes para os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE) que geralmente pagam preços acima de atravessadores e outros mercados, possivelmente contribuindo para a SAN das famílias.

Segundo o Departamento de Estudos Socioeconômicos e Rurais (DESER, 2008), o PAA tem contribuído para aumentar a renda dos agricultores principalmente por possibilitar um mercado permanente e freqüente. Ainda cita que contribui para isso aquisição de produtos semi-processados e regionais que fazem parte da cultura alimentar dos agricultores, porém não tinham mercado.

O PNAE partir de 2003 teve o volume de recursos aumentado. Em 2002 era de 848,6 milhões de reais já em 2014 foi de 3,693 bilhões de reais e quantidade de estudantes atendidos era 37,1 milhões em 2002 e passou para 42,2 milhões em 2014 (Brasil, 2016). Com a aprovação da lei Lei nº 11.947, de 16/6/2009 no mínimo 30% dos recursos para merenda escolas devem ser usadas para adquirir produtos da agricultura familiar, criando assim mais uma possibilidade de mercado permanente para os agricultores familiares.

Diante da importância dos assentamentos é necessário fazer estudos para entender a sua realidade e contribuir com as discussões nos movimentos sociais, academia e demais interessados nos rumos das políticas públicas para os assentamentos rurais, umas das maneiras de fazer isso é mediante o estudo de renda e situação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Metodologia

Para realização desta pesquisa foram entrevistadas 200 famílias em 10 áreas de assentamentos (Tabela 3) no segundo semestre de 2015, com a utilização de um questionário semi-estruturado e para diagnosticar os níveis de segurança alimentar e insegurança alimentar (leve, moderada e grave) foi utilizada a Escala Brasileira da Insegurança Alimentar (EBIA).

A EBIA consiste em 15 perguntas relacionadas à alimentação da família no domicílio nos últimos três meses anterior a entrevista (Tabela 2). Para determinar o nível de segurança alimentar ou insegurança alimentar é contado o número de respostas positivas e levando-se em conta se no domicílio tem a presença ou não de menores de 18 anos (Tabela 3).

E para aferir a renda foi perguntado “Qual a renda da família?” e propostas seis opções de faixas de renda para o entrevistado escolher: 1) menos que 1 salário mínimo 2) Um salário mínimo 3) de R\$ 768,00 a R\$ 1.200,00 4) de R\$ 1200,00 a R\$ 1800,00 5) de R\$ 1800,00 a R\$ 2200,00 6) Mais que R\$ 2200,00 ou estimativa anual.

Tabela 5: Projetos de Assentamento pesquisados

Assentamento	Município	Nº de Lotes
Monte Alegre 1, 2, 4 e 5	Motuca	194
Monte Alegre 3 e 6	Araraquara	164
Horto Guarani	Pradópolis	274
Nossa Terra	Batatais	30
Bebedouro (Reage Brasil)	Bebedouro	84
Boa Sorte	Restinga	159
Córrego Rico	Jaboticabal	47
Sepé Tiarajú	Serrana	80
Formiga	Colômbia	61
Mario Lago	Ribeirão Preto	464
TOTAL	10	1557

Fonte: organizado pelos autores a partir de PILLA et al 2013.

Na Tabela 6 são apresentadas as questões padronizadas presentes no questionário da EBIA. A EBIA abrange desde a situação em que há a preocupação com uma possível falta de alimentos, independente dela se efetivar ou não até a situação onde há fome por falta do que comer.

Tabela 6: Perguntas relativas à alimentação da família nos últimos 3 meses

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?	8. Nos últimos três meses, algum morador maior de 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	9. Nos últimos três meses, os moradores com menos de 18 anos de idade, não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?
3. Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	10. Nos últimos 3 meses os moradores menores de 18 anos de idade comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda havia neste domicílio, porque o dinheiro acabou?
4. Nos últimos 3 meses os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?	11. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia porque não havia dinheiro para comprar a comida?
5. Nos últimos três meses, algum morador maior de 18 anos, de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	12. Nos últimos três meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?
6. Nos últimos três meses, algum morador maior de 18 anos de idade comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?	13. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
7. Nos últimos três meses, algum morador adulto sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?	14. Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?
	15. Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: Segall-Corrêa & Marin- Leon, 2009

Na Tabela 7 são apresentados os critérios de avaliação das respostas do questionário. O número de respostas positivas vai determinar se a família se encontra em situação de segurança alimentar ou em alguma das modalidades de insegurança.

Tabela 8: Pontuação para classificação dos domicílios segundo a segurança ou insegurança alimentar

NÍVEL	No de respostas positivas em domicílios com menores de 18 anos	No de respostas positivas em domicílios sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Leve	1-5	1-3
Insegurança Moderada	6-10	4-6
Insegurança Grave	11-15	7-8

Fonte: Segall-Corrêa & Marin- Leon, 2009

Resultados e Discussão

Das nove áreas de assentamentos pesquisadas cinco apresentaram a porcentagem de segurança alimentar maior ou igual a média do meio rural de 64,7%. Sendo Monte Alegre 92%, Formiga 89%, Horto Guarani 87%, Bela Vista 81%, Boa Sorte 70% e Mario Lago 64, 7% (Figura 2). Abaixo da média nacional aparecem os assentamentos Sepé Tiarajú com 53,8%, Reage Brasil com 50%. Chamou a atenção o Córrego Rico, no qual a porcentagem de insegurança alimentar é de 57,1% e, portanto, maior que a de segurança alimentar com 42,9%. Comparando-se com a media nacional de 77,4 %,que inclui o urbano e o rural, Monte Alegre, Formiga Horto Guarani e Bela Vista estão acima e apenas o Monte Alegre, Formiga e Horto Guarani apresentam acima da Região Sudeste de 85,5%.

Na Insegurança Alimentar Leve as maiores porcentagens foram encontradas nos assentamentos Reage Brasil 37,5%, Sepé Tiarajú 30,8%, Córrego Rico 28,6%, Boa Sorte 25%, Mario Lago 17,6% (Figura 2) todos ficando acima da média nacional de 21,4% para o meio rural no ano de 2013. Comparando-se com os 10,2% de Insegurança Leve apontado pela Pnad para a região Sudeste em 2013, a diferença com as médias nos assentamentos mencionados é ainda maior.

Quando comparamos os assentamentos pesquisados com a porcentagem de 8,4% de Insegurança Moderada para o meio rural em 2013, apenas o Formiga 0%, Monte Alegre 0%, Boa Sorte 5% e Horto guarani 6,7% estão abaixo desse índice (Figura 2). Se compararmos com a média nacional de 4,6% para os domicílios particulares e de 3,3% para a Grande Região Sudeste, apenas os assentamentos Formiga e Monte Alegre estão abaixo desses valores.

Insegurança alimentar grave foi verificada apenas no assentamento Mario Lago, com uma porcentagem de 5,9% (Figura 2), sendo acima dos valores da média nacional, região sudeste e meio rural 3,2%, 1,9% e 5,5% respectivamente, para o ano de 2013.

Observando-se os dados da renda (Figura 3) por assentamento chama a atenção que os assentamentos com a maior parte da renda concentrada entre R\$ 768,00 e R\$ 1200,00 apresentam os menores níveis de segurança alimentar. Já os assentamentos com maiores porcentagens de segurança alimentar tem a menor parte da renda concentrada

nos menores faixas, com exceção do Horto Guarani e Boa Sorte, que indicam a existência de outras variáveis ligadas à segurança Alimentar.

Cruzando-se os dados de segurança alimentar com a renda, verifica-se que existe uma tendência dos salários acima de R\$ 768,00 apresentarem maiores porcentagem de segurança alimentar e nos menores salários, maiores níveis de insegurança alimentar, como seria de se esperar. (Figura 4).

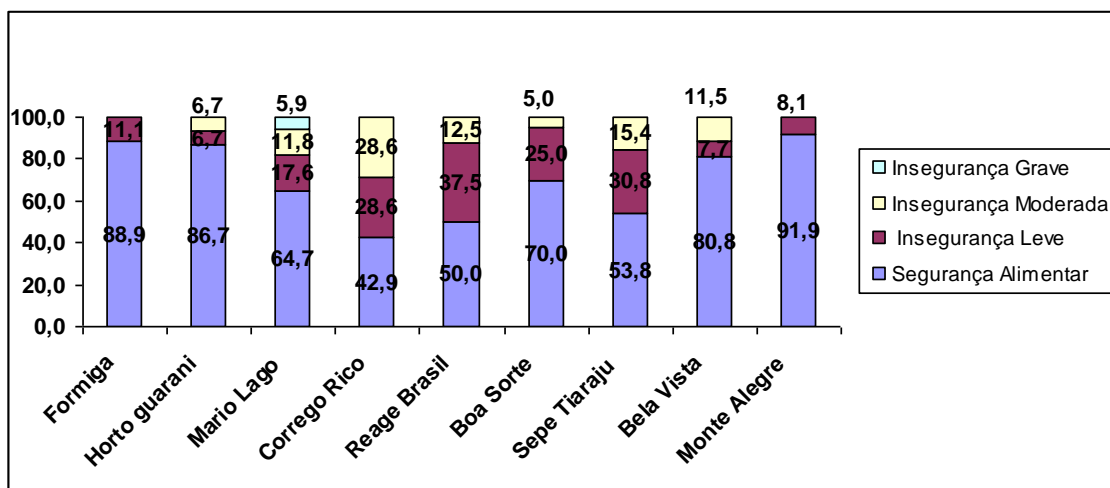


Figura 2. % de famílias com Segurança e Insegurança alimentar nos assentamentos rurais pesquisados

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

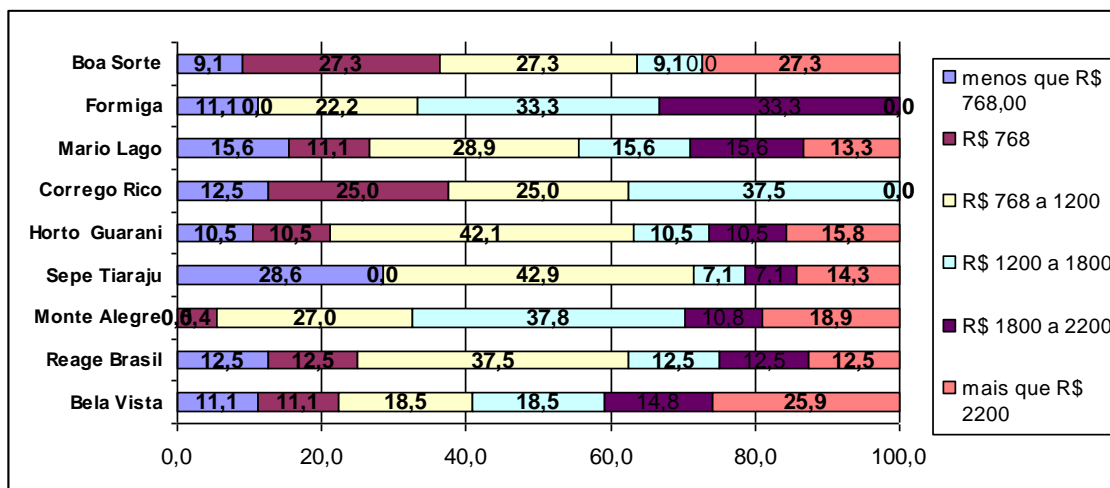


Figura 3. % de faixas de renda por assentamento

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

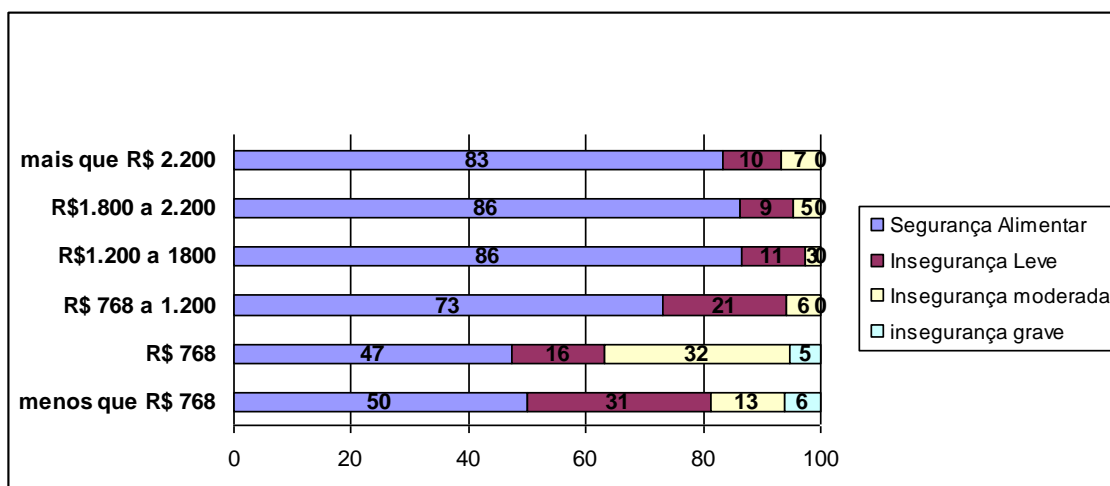


Figura 4. % Segurança e Insegurança alimentar em diferentes faixas de renda

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Conclusões

Com estudo pode-se verificar que alguns assentamentos apresentam altos índices de segurança alimentar, e outros apresentam baixos índices. Pode-se confirmar que existe uma relação entre a renda e a segurança alimentar.

Nos assentamentos com maiores porcentagens de insegurança alimentar, desperta atenção as altas porcentagens de insegurança alimentar leve, que é a preocupação com a possibilidade de falta alimentos.

Por fim, o trabalho levanta algumas perguntas para a continuidade dos estudos e reflexões. Quais os motivos que levam uns assentamentos terem rendas maiores que os outros? Quais as motivações para altas porcentagens de insegurança alimentar leve? Quais os impactos nos assentamentos e na segurança alimentar com a política econômica adotada a partir de 2015 pelo governo Dilma e intensificada pelo Governo Temer?

Referencias bibliográficas

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde e Sociedade v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003

BRASIL. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Data de acesso 20/06/2016.

BRASIL. Disponível em <<http://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Data de acesso 20/06/2016.

DATA LUTA. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESPCoordenação: GIRARDI. E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2015.

DOMBEK, Luiz Antonio..Auto consumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema / Campinas, SP: [s.n.], 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola

IBGE.Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar- PNAD 2013 A percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos. Rio de Janeiro, 18 de dezembro 2014.

IBGE.Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar- PNAD. Segurança Alimentar 2009/2004. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

MALUF, Renato S. MENEZES, Francisco.Caderno ‘Segurança Alimentar’. Disponível em<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf> Data de acesso 19/062016.

O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07 Uma Avaliação. DESER. Curitiba, Janeiro de 2008

PILLA, M.; ANDRADE, M.R.O.; MARQUES, L.A.P. (Orgs). Fundação ITESP: sua história e realizações, evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo. São Paulo: ITESP, 2013.

SEGALL-ORRÊA, Ana Maria Segall1 & MARIN-LEON, Letícia Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 16(2): 1-19, 2009

SOUZA-ESQUERDO. Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo, Bergamasco. Sonia Maria Pessoa Pereira, OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de, OLIVEIRA.Érika de Souza Segurança Alimentar e qualidade de vida em assentamentos rurais.Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 20(1): 13-23, 2013